A EPIDEMIA INVISÍVEL: ANÁLISE DAS NOTIFICAÇÕES DE ESTUPRO VULNERÁVEL NO BRASIL (2023-2025)

Claiane Vitória Teza[1], Camila Rafaela Lazaretti[2], Daniela Barbosa Bolognesi[1], Eduardo Flach Klein[3], Ilanna Pinheiro Campos[4]

1. Hospital São Lucas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2. Universidade FEEVALE, 3. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), 4. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema de saúde pública, afetando cerca de 18,9% das meninas e 14,8% dos meninos. A faixa de 0 a 14 anos é extremamente vulnerável devido à dependência de adultos e limitações no desenvolvimento. O ambiente doméstico é o principal local de risco, concentrando quase 90% dos perpetradores, geralmente familiares e conhecidos. Diante da subnotificação e dos graves impactos físicos e psicológicos duradouros, a análise epidemiológica contínua é crucial para fortalecer a rede de proteção infanto-juvenil. Analisar a evolução temporal e a distribuição regional das notificações de estupro em vítimas de 0 a 14 anos no Brasil, entre 2023 e 2025, para compreender a dinâmica epidemiológica e o impacto na saúde pública e assistência pediátrica. Estudo epidemiológico descritivo e retrospectivo. Os dados foram extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), via Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Incluíram-se as notificações confirmadas de estupro em indivíduos menores de 1 ano até 14 anos, abrangendo todas as regiões brasileiras, no período de 2023 a 2025.No triênio analisado, totalizaram-se 100.993 casos notificados de estupro nesta faixa etária, com 32.492 registros em 2023, 34.435 em 2024 e 34.066 em 2025, evidenciando um patamar epidêmico constante. A região Sudeste liderou os registros e apresentou tendência de crescimento, passando de 12.711 casos em 2023 para 14.484 em 2025. As regiões Nordeste e Sul mantiveram a segunda e terceira posições, oscilando entre 5.400 e 6.100 casos anuais cada. Destaca-se que tais valores absolutos representam apenas uma fração da realidade, pois a histórica subnotificação subestima expressivamente os dados oficiais, ocultando a verdadeira magnitude do agravo.Os achados confirmam a persistência de altas taxas de violência sexual infantil no Brasil, concentradas nos eixos Sudeste, Nordeste e Sul. A crônica subnotificação reforça o papel estratégico do pediatra, frequentemente a única porta de entrada para a identificação e o acolhimento das vítimas. A qualificação das notificações é essencial para embasar políticas públicas efetivas, mitigando falhas nos registros e garantindo a proteção integral e os direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Área: Segurança
PORTO ALEGRE/RS

INTERNAÇÕES HOSPITALARES ASSOCIADAS A EFEITOS ADVERSOS RELACIONADOS A MEDICAMENTOS EM PACIENTES PEDIÁTRICOS NO RIO GRANDE DO SUL (2023–2024): ANÁLISE DE DADOS DO SIH-SUS

Alice Santos Melo da Silva[1], Bárbara Cristiane da Silva[1], Gilson Pires Dorneles[1], Bruna Marmett[1]

1. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Os efeitos adversos relacionados a medicamentos representam importante causa de morbidade, especialmente na população pediátrica. Crianças e adolescentes apresentam maior vulnerabilidade a esses eventos devido a diferenças fisiológicas e farmacocinéticas. O monitoramento dessas ocorrências é fundamental para fortalecer a farmacovigilância e promover maior segurança no uso de medicamentos. Avaliar o perfil das internações hospitalares associadas a efeitos adversos relacionados a medicamentos em pacientes pediátricos entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024. Estudo observacional, com análise de microdados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH-SUS), disponíveis no DATASUS. Os dados foram extraídos e processados no software R com o pacote microdatasus. Foram incluídas internações de pacientes com idade 8804,18 anos. Os casos foram identificados por códigos da CID-10 dos grupos T36–T50 e Y40–Y59. Realizou-se análise descritiva dos dados, apresentados em números absolutos e relativos, incluindo sexo, idade, custos e tempo de internação. Foram identificadas 413 internações. Houve predomínio do sexo feminino (255, 61,7%) em relação ao masculino (158, 38,3%). A faixa etária mais frequente foi de 15 a 18 anos (33,9%), seguida de 1 a 4 anos (30,8%) e 10 a 14 anos (24,7%). Os principais diagnósticos incluíram drogas não especificadas (T50.9), analgésicos (T39.9) e psicotrópicos, como antidepressivos (T43.2), benzodiazepínicos (T42.4) e antipsicóticos (T43.5). O custo total foi de R$ 204.185,10, com média de R$ 494,39 (DP = 1054,69) por internação. O tempo médio de permanência foi de 3,45 dias. Os efeitos adversos a medicamentos representam causa relevante de internação pediátrica, com maior ocorrência em adolescentes e no sexo feminino. Observa-se impacto clínico e econômico, reforçando a importância da farmacovigilância e da segurança do paciente.

Área: Segurança
PORTO ALEGRE/RS

INTERNAÇÕES POR LESÕES E ENVENENAMENTOS POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS EM CRIANÇAS MENORES DE 10 ANOS NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA INFANTIL (2016–2025)

Maria Eduarda Brusch Silveira[1], Carla Bittencourt Rynkowski[1]

1. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

As lesões e envenenamentos por agentes químicos e físicos configuram importante causa de morbidade evitável na população pediátrica, frequentemente associadas a acidentes no ambiente doméstico e escolar. A compreensão do perfil dessas internações é fundamental para o fortalecimento de estratégias de prevenção e promoção da segurança infantil. Analisar o perfil das internações por lesões e envenenamentos por agentes químicos e físicos em crianças menores de 10 anos no Brasil, com foco em implicações para a segurança e prevenção de acidentes, no período de 2016 a 2025. Estudo descritivo, de abordagem quantitativa, baseado em dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), disponíveis no DATASUS. Foram incluídas internações por lesões e envenenamentos por agentes químicos e físicos no período de 2016 a 2025. A análise contemplou as faixas etárias menores de 1 ano, 1 a 4 anos e 5 a 9 anos, por meio de frequência absoluta e análise de tendência temporal. No período analisado, foram registradas 542.365 internações por lesões e envenenamentos por agentes químicos e físicos no Brasil. Destas, 44.139 ocorreram em crianças menores de 10 anos, correspondendo a cerca de 8,1% do total de internações por essas causas no Brasil. Entre as faixas etárias, observou-se maior frequência no grupo de 5 a 9 anos (22.183 internações), seguido de 1 a 4 anos (18.125) e menores de 1 ano (3.831). A distribuição etária sugere aumento da exposição a fatores de risco com o avanço da idade dentro do grupo pediátrico. Ao longo do período de 2016 a 2025, verificou-se tendência de redução nas internações, com queda mais acentuada a partir de 2019, seguida de manutenção de valores mais baixos nos anos subsequentes. Apesar dessa redução, os números permanecem expressivos, evidenciando a persistência de eventos potencialmente evitáveis na infância. As internações por lesões e envenenamentos em crianças menores de 10 anos refletem eventos majoritariamente evitáveis, relacionados à exposição a riscos no cotidiano. A maior ocorrência em crianças mais velhas sugere necessidade de intervenções direcionadas ao ambiente domiciliar e escolar, com ênfase em educação em saúde, supervisão adequada e controle de acesso a substâncias e agentes potencialmente nocivos. O fortalecimento de políticas de segurança infantil é essencial para a redução desses agravos.

Área: Segurança
PORTO ALEGRE /RS

MASCOTES DE SEGURANÇA COMO FERRAMENTA DE LETRAMENTO EM SAÚDE NA PEDIATRIA

Priscila Amaral[1], Victória Sakamoto[1], Stephanie Greiner[1], Sérgio Dório[1], Lisiane Pereira[1], Ananda Teixeira[1], Sofia Rota[1], Lilian Hagel[1]

1. Hospital Criança Conceição (HCC).

A segurança do paciente (SP) é pilar central da qualidade assistencial e integra seis dimensões: segurança, efetividade, cuidado centrado no paciente, oportunidade, eficiência e equidade. No Brasil, o tema ganhou relevância após o Plano Nacional de Segurança do Paciente (PNSP, 2013) e a difusão das metas internacionais de SP, que abrangem identificação, comunicação, segurança medicamentosa, cirurgia segura, higiene das mãos e prevenção de quedas e lesões por pressão. Na pediatria, persistem desafios específicos, sobretudo na comunicação, na cadeia medicamentosa e na prevenção de quedas. Este estudo teve como objetivo elaborar materiais educativos sobre as metas de SP, visando aprimorar a comunicação com pacientes pediátricos e promover letramento em saúde alinhado ao PNSP. A construção dos materiais baseou-se no modelo de Kaplún, contemplando eixos conceitual, pedagógico e comunicacional. As seis metas foram analisadas quanto à aplicabilidade em um hospital pediátrico e às demandas relacionadas à redução de eventos adversos. Uma equipe multidisciplinar (médica, enfermeira, farmacêutica e psicopedagogo) desenvolveu identidade visual específica para cada meta e produziu histórias em quadrinhos com atividades de imersão para os pacientes. A validação empregou o Índice de Validação de Conteúdo (IVC), com atributos definidos pela literatura e pelo *Suitability Assessment of Materials* (SAM). Participaram especialistas em SP e pacientes hospitalizados de 8 a 12 anos, além de familiares. Dois questionários foram elaborados: um para especialistas e outro, em linguagem acessível, para pacientes e acompanhantes. A pesquisa ocorreu em duas etapas: avaliação virtual por especialistas e avaliação presencial com pacientes e familiares. Seis especialistas participaram da validação inicial. As histórias sobre identificação correta e prevenção de quedas apresentaram IVC global de 0,93 e 0,91, respectivamente. Na etapa com a população, incluíram-se 18 participantes (9 pacientes e 9 familiares). A história referente à meta de identificação obteve IVC global de 0,96 (pacientes) e 1,0 (familiares). A história sobre prevenção de quedas alcançou IVC de 0,98 tanto entre pacientes quanto entre familiares.

Conclui-se que validar materiais educativos é etapa essencial das ações de educação e letramento em saúde, permitindo verificar se cumpriram o objetivo de estimular reflexão e apoiar mudanças de comportamento relacionadas à segurança do paciente.

Área: Segurança
PORTO ALEGRE/RS

USO DO BEBÊ-CONFORTO NA ALTA HOSPITALAR DE RECÉM-NASCIDOS EM MATERNIDADE NO SUL DO BRASIL

Luiza Salim Bulcão[1], Helena Laco Barbosa[1], Bibiana Verissimo[1], Luiza Kruger Saalfeld[1], Mariana Luisa de Souza Kurtz[1], Jéssica Migliorini Nunes[1], Maria Fernanda Farenzena[1], Eduarda Wolschik Schleger[1], Vitoria de Oliveira Damacena[1]

1. Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

O uso do bebê-conforto reduz significativamente o risco de lesões graves quando utilizado de forma correta. Recomendações de sociedades científicas, como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a American Academy of Pediatrics, bem como a legislação brasileira de trânsito, orientam que recém-nascidos sejam transportados em dispositivos adequados à idade e ao peso, preferencialmente posicionados no banco traseiro e voltados para trás. Apesar disso, estudos demonstram que muitas famílias desconhecem ou utilizam incorretamente esses equipamentos no momento da alta hospitalar. Avaliar a adesão e disponibilidade do bebê-conforto para o transporte de recém nascidos no momento da alta hospitalar. Estudo observacional, transversal, realizado em maternidade de referência no sul do Brasil, no período de outubro de 2023 a agosto de 2025. Foram analisados prontuários de recém-nascidos no momento da alta hospitalar, incluindo informações sobre a disponibilidade do bebê-conforto para transporte. Foram excluídos prontuários com dados incompletos quanto a variável estudada. Os dados foram coletados e organizados em tabelas no Excel® e, posteriormente, utilizaram-se as funções do programa para cálculo de valores absolutos e percentuais. Trabalho vinculado a projeto de pesquisa aprovado pelo comitê de ética sob número 71369023.4.0000.5339. Foram avaliados 841 prontuários de recém-nascidos no período estudado, dos quais 803 apresentavam informações sobre o uso do bebê-conforto no momento da alta hospitalar. Entre estes, 528 (65,8%) responsáveis relataram possuir o dispositivo para o transporte do recém-nascido, enquanto 275 (34,2%) referiram não possuir. Observou-se baixa adesão ao uso do bebê-conforto no momento da alta hospitalar, com parcela significativa dos recém-nascidos sem acesso ao dispositivo. Esses achados estão em consonância com a literatura, que evidencia falhas no conhecimento e na adoção de medidas de segurança no transporte infantil. Nesse contexto, reforça-se a importância da orientação pelos profissionais de saúde ainda durante a internação, como estratégia para ampliar a adesão e promover a segurança no transporte de recém-nascidos.

Área: Segurança
PELOTAS /RS